

Ecorresponsabilidade na educação

Os sistemas educacionais do mundo todo têm sido provocados a assumirem sua responsabilidade frente à necessidade de formação de cidadãos com uma nova postura em relação à sociedade e à natureza, com valores e atitudes diferentes daqueles que levaram o planeta à situação atual de grandes desigualdades sociais e intenso desequilíbrio ambiental. Debates recentes em relação à divulgação de dados catastróficos relativos à situação atual de diversos ecossistemas, de forma alguma eximem a sociedade mundial da responsabilidade que possui em relação ao destino que está construindo para si mesma e para o planeta. Independentemente da maior ou menor gravidade da situação é fato inquestionável a impossibilidade de a Terra suportar a demanda de consumo atual, cotidianamente alimentada por diferentes meios de comunicação. É igualmente evidente a necessidade de políticas públicas diferentes para povos em situações diferentes. Pensar em responsabilidade ambiental, em um sentido amplo, demanda enfrentar também o desafio da responsabilidade social. Uma imensa população deve consumir mais, tendo assim garantidas suas necessidades básicas historicamente negadas, enquanto outro grande percentual de cidadãos deve rever seu padrão de consumo, reduzindo-o muito em busca do equilíbrio ambiental tão amplamente difundido nos discursos, mas tão distante de nossas práticas diárias.

Trata-se, portanto, de rever a ótica pela qual enxergamos o mundo. Esta mesma sociedade humana, formada a partir da lógica da competição e do consumo, deverá aprender a posicionar-se de forma solidária e responsável em relação a todas as formas de vida.

A partir do Fórum Global realizado do Rio de Janeiro em 1992, surgiram dois importantes documentos com um grande potencial educativo: o “Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e a Responsabilidade Global” e a “Carta da Terra”. No preâmbulo da Carta da Terra encontra-se um apelo à humanidade:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz. Para chegar a este propósito é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

A escolha de um novo futuro, de um destino diferente para a Terra e todas as espécies que nela vivem - entre elas a humana - está intrinsecamente ligada à formação de novos sujeitos, guiados por valores como a igualdade, a solidariedade, a tolerância, a liberdade, o respeito à natureza e a responsabilidade compartilhada. Este é, portanto, um desafio a ser abraçado pelos sistemas educacionais do mundo todo.

No período que compreende os anos de 2005 a 2014 estamos em plena “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, que traduz um esforço mundial das Nações Unidas no sentido de mobilizar amplas reflexões e efetivas ações capazes de

colocar a educação em sintonia com as necessidades socioambientais da atualidade. Uma resolução produzida em 2002 pela Assembleia Geral das Nações Unidas encomendou à UNESCO a elaboração de um plano enfatizando o papel da educação na promoção da sustentabilidade. Um trecho da edição brasileira deste documento, produzida em maio de 2005, afirma textualmente:

O objetivo maior da Década é integrar princípios, valores e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino. Esse esforço educacional deve encorajar mudanças no comportamento para criar um futuro mais sustentável em termos de integridade do meio ambiente, da viabilidade econômica, e de uma sociedade justa para as atuais e futuras gerações (...). O programa exige que se re-examine a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim da infância até a universidade e o aprendizado permanente na vida adulta, para que estejam claramente enfocados na aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados com a sustentabilidade (Unesco, 2005, p. 57).

Estamos em 2010, no sexto ano da Década, e avançamos muito menos do que poderíamos.

Segundo dados do Ministério da Educação, temos hoje no Brasil 98% das crianças com faixa etária entre 6 e 14 anos frequentando o ensino fundamental. Tomando as séries iniciais desta etapa do ensino escolar como exemplo, são nove anos de convivência diária, de diálogo, de construção de conhecimento, de prática de atitudes e exercício de valores, dia após dia, em quantidade de horas muitas vezes superior ao período em que as crianças convivem com seus próprios familiares. É um longo período de convivência que pode fortalecer nas crianças os princípios que levaram ao estado emergencial atual, ou pode contribuir para a construção de uma nova visão de mundo, de outro referencial ético de sociedade. Não há neutralidade na educação. A opção por currículos centrados em conteúdos dissociados da realidade de vida da comunidade envolvida, currículos fechados em si mesmos, onde o objetivo maior de uma etapa é preparar as crianças para a etapa de ensino seguinte, é uma opção pela manutenção do modelo atual de sociedade, é um “sim” ao descomprometimento da humanidade frente ao seu próprio destino.

Ninguém pode estar no mundo “de luvas nas mãos”, “descomprometidamente”, como afirma Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia*. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não é possível estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. Não é possível estudar por estudar. Estudar descomprometidamente, como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. (FREIRE, 2000)

A responsabilidade socioambiental depende de uma consciência ecológica e a formação desta consciência depende da educação. Em nossa vida diária fazemos inúmeras escolhas, ainda que nem sempre tenhamos clareza delas. O processo educativo deve “carregar de intencionalidade” nossos atos, fortalecer a relação entre as escolhas que fazemos e a definição do futuro que teremos.

Ao percebermos o papel fundamental da educação neste início de milênio, compreendemos melhor a responsabilidade da escola na escolha do seu currículo. Ainda que educação ambiental seja um dos temas transversais preconizados pelo Ministério da Educação, muitas vezes a opção da escola é por uma educação ambiental conservadora. Uma educação ambiental que privilegia o aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que a transmissão do conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade. Estes currículos preveem a sobreposição da teoria à prática, o conhecimento é em geral desvinculado da realidade, os conteúdos são organizados de forma a priorizarem

a disciplinaridade frente à transversalidade, há um fortalecimento do individualismo, o conhecimento local é descontextualizado do global e a dimensão tecnicista se sobrepõe à política.

Fazemos escolhas, enquanto indivíduos e enquanto instituições.

O quanto de intencionalidade existe em nossos discursos e documentos institucionais? Queremos mesmo transformar valores e atitudes, construir autonomia e participação social, contribuir efetivamente para a existência de uma sociedade social e ambientalmente mais responsável? O que defendemos verbalmente e o que está registrado nos documentos das instituições onde atuamos, está em sintonia com o que praticamos cotidianamente no espaço escolar? Agimos de acordo com o que acreditamos?

Grandes transformações começam com boas perguntas, e talvez estas sejam algumas perguntas com as quais tenhamos que nos deparar.

A formação de sujeitos éticos, criativos, críticos e participativos, conscientes e responsáveis social e ambientalmente, impõe repensar os currículos escolares. É preciso estreitar a relação da escola com o bairro e com a comunidade onde está inserida, ao mesmo tempo em que se realiza um diálogo com lugares e comunidades mais distantes, com o mundo e suas múltiplas realidades, tão diversas e tão semelhantes, dependendo da forma como as observamos.

Responsabilidade implica em comprometimento.

Ao mesmo tempo, comprometemo-nos com aquilo que compreendemos, com o que acreditamos que deve ser preservado ou transformado. Não se constrói responsabilidade socioambiental apenas lendo livros sobre o tema. A experiência própria é fundamental. Plantar e seguir o crescimento de uma árvore ou de uma flor, caminhar pelas ruas da cidade ou aventurar-se numa floresta, sentir o cantar dos pássaros nas manhãs ensolaradas, observar como o vento move as plantas, sentir a areia quente de nossas praias ou olhar para as estrelas numa noite escura, são formas de encantamento e de emoção frente a natureza que podem ser provocadas pela escola. Perceber a existência da poluição e da degradação ambiental como ameaças a estas maravilhas, pode contribuir na formação da consciência ecológica e motivar a ação. Observar uma plantinha que cresce viçosa no meio de uma parede de cimento. Acariciá-la, contemplar com ternura o pôr do sol, cheirar o perfume de uma folha de pitanga, de laranjeira ou de cipreste, são múltiplas formas de viver em relação permanente com esse planeta generoso e compartilhar a vida com todos os que o habitam ou compõem. A vida tem sentido, mas ele, o sentido, só existe na relação. (GADOTTI, 2009)

Currículos escolares que pretendem estar em sintonia com os movimentos contemporâneos mundiais em prol de uma educação para a sustentabilidade, devem re-examinar suas práticas educativas sob este ponto de vista. É preciso promover ambientes educativos que desenvolvam a sensibilidade e a solidariedade, que “apurem” o olhar sobre o espaço e as relações. Ambientes educativos que mobilizem processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, que trabalhem na construção do conhecimento contextualizado para além da mera transmissão de informações ou conceitos.

O processo educativo deve ultrapassar o aprendizado individualizado dos conteúdos escolares. Em um currículo centrado nas disciplinas a história, por exemplo, é abordada como algo distante, imutável, já construído. A história não se faz no presente, é algo dado e acontece em um território imaginário, onde as características geográficas não estão presentes. Por outro lado, quando as aulas de geografia são dadas, história e ciências são esquecidas. Nenhuma referência é feita à vida silvestre existente nos espaços geográficos, por exemplo, afinal, ecossistemas são conteúdos previstos na disciplina de ciências. Enfim, a fragmentação efetivamente compromete a compreensão do todo. Sem compreensão não há comprometimento, sem comprometimento não há mobilização e intervenção social.

Bastante diferente é a opção por currículos onde o conhecimento está colocado “a

serviço” da compreensão do mundo. Neste caso a abordagem dos conteúdos favorece o surgimento de perguntas sobre situações concretas, a busca por respostas em diferentes fontes de informações, a interpretação dos dados e a intervenção na realidade, contribuindo assim para um melhor conhecimento das crianças sobre si mesmas e sobre o mundo em que vivem. A aprendizagem dá-se na relação com o contexto mais próximo e mais distante, e no exercício de intervenção na realidade, intencionalmente, desde a infância.

A educação pode contribuir significativamente para a transformação da lógica antropocêntrica e predatória que tem guiado os passos da sociedade humana, mas para que este processo se consolide, é preciso uma ampla reflexão entre discursos e práticas. A lógica racionalista nos levou a saquear a natureza, nos levou à morte em nome do progresso. Por outro lado, o uso da razão pode levar-nos a assumir novos valores, baseados na solidariedade, na afetividade e na “ecoresponsabilidade”. Este é um grande desafio, que pode e deve ser assumido amplamente pela sociedade. A educação acontece em todos os espaços e pode ser intencionalmente praticada por todos os setores da sociedade. As cidades podem tornar-se ambientes que contribuam para construção de novos valores, ou não. Fazemos escolhas.

Sheila Ceccon
sheila@paulofreire.org
Engenheira agrônoma

Especialista em Horticultura pela Universidade de Pisa, na Itália
Mestre em Ensino e História de Ciências da Terra pela UNICAMP.
Atua atualmente no Instituto Paulo Freire nos Projetos “Município que Educa”
e “Educação para a Cidadania Planetária”.